



**Cimeira da UA na África do Sul** - Realizou-se, em junho, em Joanesburgo, a XXV Cimeira da União Africana (UA). Esta Cimeira foi dirigida pelo Presidente Robert Mugabe e Nicolas Maduro, foi convidado a discursar na sessão de abertura. Um dos temas que foi abordado foi o dos ataques xenófobos a imigrantes na África do Sul, país que era o anfitrião desta Cimeira. [Pag 2/3](#)

**Ex-Presidente Egípcio condenado à Morte** - A condenação à morte do ex-Presidente Mohamed Morsi, que a havia sido decretada em maio passado, foi agora confirmada pelo Xeque Chawki Allam, Grande Mufti do Egito, que tem a responsabilidade de interpretar a lei islâmica. [Pag 4](#)

**Aumento dos Refugiados em África** - O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apresentou, em junho passado, o seu relatório referente à situação dos refugiados no mundo, que traça um cenário bastante negativo da evolução da situação dos refugiados. [Pag 4/5](#)

**A Nova Área de Comércio Livre Tripartida** - Foi criada uma nova zona de comércio livre tripartida, que reúne os 26 países africanos que pertencem às três maiores organizações regionais do continente, a Southern African Development Community (SADC), a East African Community (EAC) e o Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA). [Pag 5](#)

**Mbanza Congo Candidata a Património da Humanidade** - Durante a 39ª sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, que se realizou na Alemanha em junho, Angola apresentou oficialmente a candidatura de Mbanza Congo a património cultural da humanidade. [Pag 6](#)

**Portugal e Guiné Bissau assinam PEC 2015-2020** - Por ocasião da visita do Primeiro-Ministro de Portugal à Guiné Bissau no dia 6 de julho, os dois países assinaram o novo acordo de cooperação, o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) para o período 2015-2020. [Pag 6/7](#)

**Visita do Presidente de Moçambique a Portugal** - O Presidente Moçambicano Filipe Nyusi visitou oficialmente Portugal e trouxe consigo vários empresários moçambicanos interessados em aprofundar as relações económicas com Portugal, coordenados pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique. [Pag 7/8](#)

**Início do Julgamento de Hissène Habré** - Começou no dia 20 de julho em Dakar o julgamento do antigo presidente chadiano, Hissène Habré. Este acontecimento revestiu-se de um grande simbolismo, uma vez que é o primeiro caso de um ex-dirigente africano que é julgado em África em vez de no Tribunal Penal Internacional (TPI). [Pag 8](#)

**Novo Canal do Suez** - O Egito inaugurou um segundo canal no Suez destinado a reforçar o tráfego marítimo, um investimento essencial para dinamizar a economia egípcia. Com cerca de 75 Km, a construção deste novo canal custou 5.5 mil milhões de USD. O trabalho foi desenvolvido por empresas egípcias, norte-americanas, belgas e holandesas. [Pag 9](#)

**Eleições Atribuladas no Burundi** - Apesar de toda a contestação gerada pela decisão do Presidente Pierre Nkurunziza se candidatar de novo, as eleições presidenciais tiveram lugar em julho. Esta decisão lançou o país numa situação de grande instabilidade nos últimos meses e provocou várias dezenas de mortos devido aos confrontos entre a oposição e as forças de segurança. [Pag 9/10](#)

**Obama Visita África** - O Presidente norte-americano, Barack Obama, visitou em julho o continente Africano. Esta visita abrangeu passagens pelo Quénia e pela Etiópia, terminando com um discurso histórico na sede da União Africana em Adis Abeba. [Pag 10/11](#)



## Cimeira da UA na África do Sul

■ Luís Castelo Branco

Realizou-se, em junho, a XXV Cimeira da União Africana (UA), a qual teve lugar em Joanesburgo. Esta Cimeira revestiu-se de grande importância por vários motivos. Em primeiro lugar, porque foi dirigida pelo Presidente Robert Mugabe do Zimbabwe, país que tem a presidência da organização. Em segundo lugar, porque o Presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, foi convidado a discursar na sessão de abertura. Em terceiro lugar, porque os temas a abordados eram especialmente relevantes. Finalmente, um dos temas que foi abordado foi o dos ataques xenófobos a imigrantes na África do Sul, país que era o anfitrião desta Cimeira.

A Cimeira analisou questões relacionadas com a estratégia de desenvolvimento do continente, a Agenda 2063, e a implementação dos 10 primeiros anos deste plano. Esta primeira fase de implementação da Agenda 2063 visa estabelecer objetivos concretos a serem alcançados em várias das metas estabelecidas. Estes objetivos estão relacionados, nomeadamente, com o aumento do Rendimento Nacional Bruto, redução do desemprego, criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação das metas propostas.

Nesta primeira fase, foram definidos um conjunto de programas bandeira que deverão ser implementados:

- Criação de uma rede ferroviária integrada de alta velocidade;
- Construção da Barragem de Grande Inga;
- Criação do mercado único de aviação africana;
- Rede de e-network pan-africana;
- Criação da Plataforma Consultiva Africana;
- Criação da Universidade Virtual;
- Liberdade de circulação de pessoas e a criação do passaporte africano;
- Zona de comércio livre a nível continental;
- Criação de uma estratégia de gestão das matérias-primas;
- Criação do Banco Central Africano.

Outro assunto abordado nesta Cimeira, e que já o tinha sido na Cimeira de janeiro, foi a questão do orçamento da organização para 2016. A proposta da Comissão da União Africana é que o orçamento do próximo ano seja de 357 MUSD, dos quais 32 MUSD virão dos Estados Membros, 277 MUSD virão de fontes externas e ficam a faltar cerca de 50 MUSD.

Para além de haver esta verba em falta, a UA continua a ter o problema de depender de atores externos ao Continente para financiar o seu orçamento, o que, obviamente, limita a sua capacidade de atuação. Para além desta situação, há ainda a acrescentar que vários estados membros não pagam as suas quotas. Outros há, como a Líbia, que, em tempos, foram importantes contribuintes da UA e que, neste momento, não são capazes de cumprir com as suas obrigações financeiras.

Os Estados Membros também debateram a necessidade de estabelecerem uma posição comum para os vários debates internacionais que vão ter lugar até ao final do presente ano, nomeadamente, a III Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, teve lugar em Adis Abeba em julho; a Conferência das Nações Unidas de setembro, sobre o debate relativo à Agenda Pós 2015 e de onde deverão surgir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que irão substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, e a Cimeira do Clima, que terá lugar em dezembro em Paris.

A questão do financiamento do desenvolvimento tem vindo a assumir especial importância fruto das alterações que se estão a verificar no mundo. Tradicionalmente os países africanos contavam com o apoio internacional, nomeadamente através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), para o seu desenvolvimento. Acontece que, fruto da crise internacional e da diversificação de destinos da APD, estes fundos têm vindo a diminuir.

Para apostar no seu desenvolvimento, África deverá conseguir mobilizar recursos, públicos e privados, internos. Os fundos públicos ainda são escassos, devido também a pouca capacidade de mobilização desses fundos através da captação de impostos. Os fundos privados domésticos são os que têm vindo a aumentar fruto dos investimentos que estão a ser feitos em muitos países africanos na área da exploração de recursos naturais.

Também foram abordadas nesta Cimeira as questões relacionadas com a vaga de imigrantes que tem estado a chegar à Europa através de mediterrâneo, o problema de xenofobia na África do Sul, os movimentos terroristas baseados no radicalismo islâmico e as situações de conflito, nomeadamente, na Líbia, Burundi, Somália, Sudão do Sul e República Centro Africana.

A Cimeira decidiu criar os mecanismos necessários para ter a African Standby Force totalmente operacional até ao fim do ano. O objetivo



é o de criar cinco brigadas regionais, no norte, este, centro, sul e na parte ocidental do continente, cada uma delas com 5 mil soldados prontos para intervir nas respetivas regiões num prazo muito curto de tempo.

Um evento inesperado acabou por marcar esta Cimeira. O Presidente do Sudão, Omar al-Bashir, que há anos tem sob si um mandato de captura internacional emitido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) no âmbito das acusações, emitidas em 2009, por crimes de guerra e contra a humanidade e, em 2010, por genocídio cometidos na região sudanesa do Darfur, foi confrontado com uma tentativa de o reter em Joanesburgo a pedido do TPI. A África do Sul, enquanto estado signatário do Estatuto de Roma, tinha a obrigação de proceder à detenção de al-Bashir e entrega-lo ao Tribunal Penal Internacional.

Apesar deste mandato, al-Bashir julgava estar em segurança na África do Sul, tanto mais que vários países africanos são muito críticos da ação do TPI, a quem acusa de ser, tendencioso nas acusações contra líderes africanos. Mesmo durante a Cimeira, o Presidente sudanês, ao ser conhecida esta iniciativa de o reter na África do Sul, recebeu ao apoio e a solidariedade de muitos dos líderes africanos presentes.

Após ter chegado à África do Sul, al-Bashir foi confrontado pela ação de uma ONG sul-africana, a Southern Africa Litigation Center, a qual terá recorrido à justiça para garantir a captura do líder sudanês. Perante isto, al-Bashir terá sido instado a não deixar território sul-africano enquanto se aguardava por uma decisão da justiça sul-africana sobre se ele deveria ser extraditado para Haia, onde funciona o TPI. Paralelamente, a polícia de fronteira sul-africana recebeu instruções para reforçar os controlos nas saídas do país.

Omar al-Bashir acabou por abandonar a África do Sul, em violação clara da ordem judicial. As autoridades sul-africanas, apanhadas nesta situação, acabaram por facilitar o regresso do presidente sudanês ao seu país.

Já com o Presidente al-Bashir de regresso ao seu país, o tribunal sul-africano manifestou a sua preocupação pelo facto da sua ordem de detenção não ter sido acatada.

O governo sul-africano foi acusado, interna externamente, de ter sido cúmplice da saída de Omar al-Bashir do território sul-africano. No entanto, as autoridades sul-africanas defenderam-se, afirmando que tinha sido dada imunidade a todos os convidados que participassem na Cimeira da União Africana. A verdade é que o governo sul-africano estava ciente das consequências da visita do Presidente sudanês ao país.

Mas, na África do Sul, tal como outros países africanos, são cada vez mais fortes as vozes que defendem que o país deveria abandonar o TPI devido ao seu carácter parcial e particularmente ativo na condenação de líderes africanos.



## Ex-Presidente Egípcio condenado à Morte

A condenação à morte do ex-Presidente Mohamed Morsi, que a havia sido decretada em maio passado, foi agora confirmada pelo Xequie Chawki Allam, Grande Mufti do Egito. Segundo a lei egípcia, as decisões judiciais de condenação à morte têm que ser confirmadas por esta entidade religiosa, a qual tem a responsabilidade de interpretar a lei islâmica.

Para além de Morsi, a condenação à morte foi extensível a vários dirigentes da Irmandade Muçulmana, entre eles, o líder supremo desta organização, Mohamed Badie. Tanto Morsi como Badie já tinham sido condenados a 25 anos de prisão devido a acusações de espionagem. Outros 80 membros da Irmandade, incluindo o clérigo Sheikh Youssef al-Qaradawi foram condenados à morte in absentia.

As acusações que levaram a este veredito estão relacionadas com as ações que a Irmandade Muçulmana levou a cabo em 2011, nomeadamente o assalto a várias prisões que permitiram libertar vários membros desta organização. Esta ação terá contado com o apoio de elementos do grupo palestino Hamas e do Hezbollah libanês e terá provocado a morte a vários polícias egípcios.

Desde que assumiu o poder, o Presidente Sissi tem levado a cabo uma forte campanha de repressão contra a Irmandade Muçulmana. Esta ação do Presidente egípcio conta com o apoio dos EUA e das monarquias árabes que têm sido os grandes apoiantes, em termos financeiros e militares, do regime de Sissi.

Mas esta estratégia do Presidente egípcio não está isenta de perigos. A sua colaboração estreita com os EUA fez com que o Egito passasse a ser um alvo dos ataques do Estado Islâmico (EI). Nesse sentido, as forças de segurança egípcias têm sido atacadas com especial dureza pelo EI, o qual afirma estar a vingar-se pela dura repressão levada a cabo pelo regime do Presidente Sissi contra os apoiantes do antigo Presidente Mursi, e que terá provocado a morte a mais de 1.400 mortos pessoas.

Em início de julho, um ataque do EI na península do Sinai provocou a morte a mais de 100 soldados egípcios. Esta situação fez com que a força área egípcia iniciasse ataques aéreos contra posições de guerrilheiros do EI. Também em julho, um navio da marinha egípcia foi atingido por um míssil disparado por elementos ligados ao EI.

## Aumento dos Refugiados em África

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apresentou, em junho passado, o seu relatório referente à situação dos refugiados no mundo. No relatório, intitulado "Tendências Globais"<sup>1</sup>, é traçado um cenário bastante negativo relativamente à evolução da situação dos refugiados.

O número de pessoas que se vêm obrigadas a sair de suas casas devido a conflitos tem aumentado. Conflitos, violência, perseguições e violações de direitos humanos levaram a que mais de 59,5 milhões de pessoas tivessem que abandonar as suas casas.

Esta tendência de crescimento aumentou consideravelmente devido ao conflito na Síria, o qual teve o seu início em 2011. Em 2013 o número de refugiados era de 51,2 milhões e há dez anos esse número era de 37,5 milhões.

No continente africano a situação também tem vindo a piorar devido aos diversos conflitos que se registam, nomeadamente, na República Centro Africana, no Sudão do Sul, na Somália, na Nigéria, no Burundi, no Mali e na República Democrática do Congo.

A crise no Burundi, iniciada com a intenção do Presidente Pierre Nkurunziza se candidatar a um terceiro mandato, já provocou a fuga de mais de 100 mil pessoas. A instabilidade tem vindo a agravar-se neste país, uma vez que a oposição e o governo não se entendem. Muitas pessoas ainda têm recordações muito vivas da guerra civil que atingiu o país entre 1993 e 2005 e que provocou mais de 30 mil mortos.

Neste momento, o ACNUR contabiliza em África 3,7 milhões de refugiados e 11,4 milhões de deslocados internos, dos quais 4,5 milhões surgiram em 2014. A Etiópia substituiu o Quênia como principal país de destino dos refugiados na região, e é agora o quinto maior no mundo.

De acordo com dados do ACNUR, a Etiópia acolhe mais de 600 mil refugiados. No caso do Quênia, os refugiados ascendem aos 500 mil, os quais dependem do Programa Alimentar Mundial para sobreviverem. Estes dois países têm acolhido refugiados de dois países da região, Somália e Sudão, que enfrentam conflitos há vários anos.

<sup>1</sup> ACNUR: Global Trends 2014  
<http://www.unhcr.org/2014trends/>



O aumento do número dos refugiados no mundo fez com que o Alto-comissário do ACNUR, António Guterres, lançasse um apelo para obter maiores apoios para a sua organização, a qual, neste momento, já não tem os meios necessários para apoiar todos os refugiados que existem.

## A Nova Área de Comércio Livre Tripartida

Uma nova zona de comércio livre tripartida, que reúne os estados membros de três organizações regionais, foi, oficialmente, criada a 10 de junho. Fazem parte desta nova área de comércio livre 26 países africanos que pertencem a uma das três maiores organizações regionais do continente, a Southern African Development Community (SADC), a East African Community (EAC) e o Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA).

O grande objetivo desta nova zona de comércio livre é o de fomentar o comércio inter-regional, algo que já vinha sendo feito pelas três organizações que lhe deram lugar. O objetivo último será o de criar uma zona de comércio livre que abarque todo o continente africano. Tal objetivo é um desejo de há muito de vários quadrantes políticos africanos. Porém, no passado, por influências externas e por divergências internas, tal nunca foi alcançado.

Atualmente os países que fazem parte da SADC, EAC e COMESA conseguiram aumentar o comércio inter-regional de 2.3 mil milhões de USD em 1996, para 36 mil milhões de USD em 2014. A percentagem deste comércio nas exportações totais dos países passou de 7% para 25% no mesmo período de tempo. Com a criação da zona de comércio livre tripartida espera-se que estas percentagens aumentem rapidamente nos próximos anos.

Se conseguir ganhar dimensão esta zona de comércio livre será, sem dúvida, um parceiro fundamental no comércio africano. O seu

sucesso poderá atrair mais membros e reforçar a sua posição nas relações comerciais com os atores externos ao continente.

O potencial desta nova zona é enorme, pois representa 26 países, com mais de 600 milhões de pessoas e tem uma área superior aos 17 milhões de kms<sup>2</sup>.

Mas, paralelamente às potencialidades, existem também alguns desafios ou obstáculos que a zona de comércio livre tripartida terá que enfrentar.

A primeira tem a ver com o carácter muito diferenciado entre os seus membros, o que torna a harmonização de tarifas e procedimentos um sério desafio. Esta harmonização é uma prioridade, uma vez que os agentes económicos se queixam da morosidade dos processos que lhes retiram competitividade.

Há também a necessidade de melhorar as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias entre os estados membros para tornar o comércio mais célere garantir que os produtos são transportados em condições. Por outro lado, há estados membros que enfrentam crises de grande instabilidade e política, como é o caso do Burundi, o que poderá afetar o desenrolar das atividades económicas da região, havendo também o perigo destes conflitos acabarem por afetar mais estados devido às cumplicidades étnicas existentes.

Para que haja uma maior dinamismo nas relações comerciais entre os estados membros é necessário apostar na complementaridade das suas economias, objetivo esse que passa por uma aposta na diversificação e industrialização das economias dos vários países.





## Mbanza Congo Candidata a Património da Humanidade

Durante a 39ª sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, que se realizou na Alemanha em junho, Angola apresentou oficialmente a candidatura de Mbanza Congo a património cultural da humanidade.

Situada na província angolana do Zaire, Mbanza Congo foi a antiga capital do reino do Congo. Para além do simbolismo da época pré-colonial deste local, há também elementos da fase da colonização que valorizam esta candidatura.

Após a conversão do rei do Congo ao cristianismo, há fortes vestígios relacionados com a religião como são as ruínas da catedral Kulumbimbi (construída pelos portugueses em 1549 com o nome de Catedral de São Salvador do Congo) que é considerada a primeira igreja católica na África subsariana, e as ruínas de alguns conventos que também fazem parte do património.

Angola lançou em 2007 o projeto "Mbanza Congo: Cidade a Desenterrar para Preservar", com o apoio de instituições como a Universidade de Coimbra, em Portugal, que também é património mundial da UNESCO.

Em 2009 iniciou-se um trabalho arqueológico para comprovar a existência de ruínas de infraestruturas do século XV e XVI. O trabalho foi sendo desenvolvido por equipas de académicos angolanos e peritos da UNESCO e internacionais. A pesquisa decorreu em Angola, em Portugal e no Vaticano. A decisão sobre a classificação será tomada até junho de 2016.



## Portugal e Guiné Bissau assinam PEC 2015-2020

Por ocasião da visita do Primeiro-Ministro de Portugal à Guiné Bissau no dia 6 de julho, os dois países assinaram o novo acordo de cooperação, o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) para o período 2015-2020.

O novo documento tem um envelope financeiro indicativo de 40 milhões de euros privilegiando as intervenções da cooperação portuguesa nas áreas da educação, formação profissional e saúde.

Este programa sucede a um outro que os dois países assinaram em outubro de 2014. Depois do golpe de estado de abril de 2012, a Guiné Bissau viveu dois anos com um governo que não era reconhecido pela maioria dos países. Durante esse período, as relações com Portugal foram muito afetadas, tendo os contactos oficiais sido reduzidos ao mínimo. Portugal aproveitou a saída do seu Embaixador e não nomeou um substituto, tendo ficado representado por um encarregado de negócios.

Durante os dois anos em que durou o governo saído do golpe de estado, as ações da cooperação portuguesa concentraram-se no apoio à sociedade civil guineense através de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesas mantendo, assim, os contactos com as autoridades guineenses ao mínimo.

A situação sofreu uma profunda alteração a partir do momento em que se realizaram as eleições legislativas e presidenciais no país. Com novas autoridades legitimadas pelas eleições, Portugal regressou em força no seu apoio à Guiné Bissau.

Nesse sentido, Portugal esteve, desde logo, oficialmente representado na tomada de posse da nova Assembleia Nacional Popular, numa clara demonstração de apoio às novas autoridades nacionais.

Face à situação de emergência que a Guiné enfrentava, Portugal delineou um Plano de Ação para uma intervenção rápida na Guiné em diversas áreas, mas com especial destaque para a educação e saúde, demonstrando a vontade do governo de Lisboa em retomar rapidamente a cooperação institucional. Paralelamente, Portugal enviou um carregamento de medicamentos para restabelecer o stock do principal hospital do país, o Hospital Simão Mendes em Bissau.



## Visita do Presidente de Moçambique a Portugal

Face à ameaça do vírus do ébola que assolava a região da África Ocidental, Portugal enviou um laboratório móvel e equipas médicas para apoiar as autoridades sanitárias guineenses na deteção, prevenção e tratamento deste vírus. Este apoio é fundamental para garantir uma resposta imediata em caso de alastramento desta doença à Guiné Bissau.

Com vista a recuperar a credibilidade internacional, Portugal também apoiou os esforços do governo guineense na preparação da mesa redonda de doadores que se realizou a 25 de março em Bruxelas.

Este evento traduziu-se num enorme sucesso, uma vez que as promessas de apoio, dos parceiros bilaterais e multilaterais da Guiné, ultrapassaram os 1,3 mil milhões de euros, verba muito superior ao previsto. O grande desafio reside agora em utilizar o apoio disponibilizado em projetos concretos que permitam operacionalizar as ações previstas no programa "Terra Ranka".

A visita do Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, visou manifestar o seu apoio ao governo de Domingos Simões Pereira, e em que a assinatura do PEC foi uma expressão prática desse apoio.

O PEC está alinhado com as prioridades expressas pelo governo de Bissau no seu documento estratégico de desenvolvimento nacional, intitulado "Terra Ranka", o qual abrange igualmente o período de 2015-2020 e tem os seguintes eixos estratégicos: paz e governação, biodiversidade e capital natural, infraestruturas e desenvolvimento urbano, desenvolvimento humano e ambiente de negócios.

Ao nível das intervenções da cooperação portuguesa no âmbito do PEC, ela vai apostar em projetos nas seguintes áreas: reforço e capacitação da administração pública guineense; apoio à reforma do setor da defesa e segurança; educação e formação profissional; saúde; promoção da qualidade ambiental; desenvolvimento rural; promoção do emprego e reforço de sistemas de proteção social.

Outra prova do compromisso português no apoio à Guiné Bissau traduziu-se na abertura de uma delegação da AICEP em Bissau. Apesar das fragilidades existentes, a Guiné é visto com um mercado comum enorme potencial que deverá captar a atenção das empresas portuguesas nos mais diversos sectores da economia.

O Presidente Moçambicano Filipe Nyusi visitou oficialmente Portugal entre os dias 15 e 19 de julho. Acompanhado por uma grande comitiva, o Presidente moçambicano trouxe consigo vários empresários moçambicanos interessados em aprofundar as relações económicas com Portugal e que vieram nesta visita coordenados pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique.

Foi com o objetivo de reforçar as relações económicas e comerciais que teve lugar durante esta visita a realização de um Fórum Portugal-Moçambique. O objetivo foi o de promover a criação de mais ligações entre empresas dos dois países para que surjam projetos de investimento conjuntos em Portugal e em Moçambique.

A relação entre Portugal e Moçambiques atravessa um excelente momento, que fica bem patente na realização regular de Cimeiras bilaterais e pela existência de relações de cooperação em praticamente em todos os domínios.

Portugal foi, em 2014, o quarto maior investidor externo em Moçambique, depois dos Emiratos Árabes Unidos, das Maurícias e da África do Sul. O investimento direto português atingiu 303 milhões de euros, quase o dobro do realizado em 2013. A importância do investimento português assume especial importância uma vez que é a principal fonte externa de criação de emprego no país.

Ao nível da cooperação, Portugal assumiu, em junho passado, a presidência do Grupo de doadores bilaterais e multilaterais que apoiam o orçamento de estado de Moçambique, grupo que é conhecido com o G-19. Estes doadores são responsáveis por financiarem 30% do orçamento de Moçambique.

Apesar de esta percentagem ainda ser importante, o seu peso tem vindo a diminuir à medida que Moçambique reforçar os seus mecanismos de recolha de meios financeiros internamente, nomeadamente através dos impostos cobrados pela exploração das matérias-primas.

Na cooperação bilateral os dois países estão a preparar um novo programa estratégico de cooperação que deverá ser assinado em finais deste ano. As áreas centrais de atuação da cooperação portuguesa deverão situar-se na educação e na capacitação institucional, nomeadamente, no sector da justiça e da administração interna.



Na área da educação, Portugal apoia a reforma do ensino técnico-profissional, considerada uma prioridade pelas autoridades moçambicanas, através da intervenção da Fundação Portugal-África.

Paralelamente há vários projetos de cooperação que abrangem instituições de ensino superior portuguesas, nomeadamente a Faculdade de Direito de Lisboa e o Instituto Superior de Economia e Gestão e moçambicanas, particularmente, a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade Católica de Moçambique, com vista a promover o pessoal docente moçambicano e desenvolver diversos cursos de mestrado.

Há também o apoio financeiro prestação ao Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE) que funciona como um apoio ao orçamento sectorial na área da educação. Determinadas as prioridades moçambicanas nesta área, vários doadores apoiam financeiramente esta estratégia.

A grande aposta portuguesa e moçambicana nesta área passará por um reforço na política de bolsas desenvolvida por Portugal, reforçando a atribuição de bolsas nas áreas científico-tecnológicas.

Ao nível das prioridades sectoriais, a cooperação portuguesa concentra a sua atuação nas províncias de Maputo, Sofala e Nampula. Estas prioridades dever-se-ão manter no novo programa estratégico de cooperação.

No caso de Nampula, Portugal continuara a intervir ao nível da Ilha de Moçambique, que foi a primeira capital colonial do país. Nesta zona há uma aposta da cooperação portuguesa na formação profissional e na reabilitação do património histórico com apoio de instituições como a UCCLA e a Fundação Portugal-África.

De realçar ainda a existência do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) que, embora tenha sido criado em 2009, se encontra operacional deste a realização da II Cimeira bilateral entre os dois países em 2014.

Este fundo, dotado de 13 MUSD, pretende apoiar projetos desenvolvidos por pequenas e médias empresas moçambicanas que atuem em áreas consideradas importantes para o reforço da estrutura económica do país.

## Início do Julgamento de Hissène Habré

Começou no dia 20 de julho em Dakar o julgamento do antigo presidente chadiano, Hissène Habré. Este acontecimento revestiu-se de um grande simbolismo, uma vez que é o primeiro caso de um ex-dirigente africano que é julgado em África em vez do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Habré vive há 19 anos no Senegal e o processo contra ele foi diversas vezes adiado. No entanto, desde que Macky Sall ascendeu à presidência do país em 2012, o processo ganhou um novo folego. Depois de quase dois anos de investigações, Habré foi agora finalmente levado a tribunal. Para tal foi criado o chamado Conselho Africano Extraordinário, destinado a julgar o ex-ditador chadiano.

Todo este processo contou com o apoio da União Africana, indicando ter-se iniciado uma nova época em África em que os crimes cometidos por alguns líderes africanos durante a vigência dos seus mandatos, poderão ser julgados no continente.

Os países africanos têm sido muito críticos em relação à ação do TPI, o qual é acusado de ser particularmente duro em relação a África. Vários líderes africanos têm-se queixado do carácter pouco objetivo do TPI. Casos recentes como o do Presidente do Quênia Uhuru Kenyatta, só aumentaram o descontentamento.

Hissène Habré, agora com 72 anos, governou o Chade durante oito anos com recurso à repressão dos opositores e à perseguição por motivos étnicos. Segundo várias organizações de direitos humanos, 40 mil pessoas foram mortas durante os anos em que esteve no poder.

Após a sessão de abertura, o Presidente do Conselho Africano Extraordinário Gberdao Gustave Kam decidiu adiar o julgamento contra o ex-Presidente chadiano Hissène Habré. A justificação para este adiamento prende-se com a possibilidade de dar tempo aos advogados de defesa para analisarem os documentos onde constam as provas dos crimes de que Habré é acusado. O julgamento deverá reiniciar-se a 7 de setembro.

## Novo Canal do Suez

O Egito inaugurou no dia 6 de agosto um segundo canal no Suez destinado a reforçar o tráfego marítimo e que poderá ser um investimento essencial para dinamizar a economia egípcia. Com cerca de 75 quilômetros de comprimento, a construção deste novo canal custou 5.5 mil milhões de USD. O trabalho foi desenvolvido por empresas egípcias, norte-americanas, belgas e holandesas.

O novo canal funcionará em paralelo ao já existente que entrou em funcionamento em 1869. O primeiro canal, que liga Porto Said, porto egípcio no Mar Mediterrâneo, a Suez, no Mar Vermelho, tem uma extensão de 195 quilômetros. A sua criação permitiu uma mais rápida ligação da Europa à Ásia sem ter que contornar o continente africano e passar pelo cabo da Boa Esperança. Obra do engenheiro francês Ferdinand de Lesseps, a construção do canal demorou quatro anos a estar concluído.

O Presidente egípcio, Abdel al-Sissi, apresentou esta obra como o espelho de um novo Egito, moderno e capaz de promover o bem-estar das suas populações através da revitalização da economia.

O presidente Sissi assumiu como grande prioridade do seu governo a construção deste novo canal. Por isso, e apesar de estar previsto que as obras durassem três anos, o forte impulso dado por Sissi fez com que as mesmas terminassem em apenas um ano. Este novo canal vai possibilitar que a travessia passe das atuais 22 horas para apenas 11, permitindo que possam estar no canal, em simultâneo, 97 navios contra os 23 atuais.

A construção deste novo canal representa um enorme desafio ao nível da segurança, uma vez que o Egito já está a ser alvo de ataques do Estado Islâmico e este investimento tornar-se-á, sem dúvida, um alvo apetecível.

Para além do turismo, o canal do Suez é uma das principais fontes de entrada de divisas no país. As autoridades egípcias esperam poder arrecadar em 2023, 13 mil milhões de USD pelos direitos de travessia contra os atuais 5 mil milhões.

Em estudo está a possibilidade de vir a ser construído um terceiro canal na zona de Porto Said com uma extensão de 9.5 quilômetros.

## Eleições Atribuladas no Burundi

Apesar de toda a contestação, interna e internacional, que provocou a decisão do Presidente Pierre Nkurunziza de se candidatar a um terceiro mandato, as eleições presidenciais tiveram lugar em julho. Foi precisamente esta decisão do Presidente Nkurunziza que lançou o país numa situação de grande instabilidade nos últimos meses que provocou várias dezenas de mortos devido aos confrontos entre a oposição e as forças de segurança.

Nas eleições de julho, boicotadas pela oposição, o Presidente Pierre Nkurunziza, venceu, com quase 70% dos votos, e iniciou um terceiro mandato. Se, num primeiro momento, houve a intenção de estarem presentes observadores internacionais, nomeadamente, da União Europeia e da União Africana, o clima de insegurança fez com que ambas as organizações tenham decidido retirar as suas equipas de observação. Também dezenas de milhares de pessoas abandonaram o seu país com receio dos confrontos que pudessem surgir.

O resultado eleitoral não foi reconhecido nem pela oposição no Burundi, nem pela comunidade internacional. O principal líder da oposição, Agathon Rwaswa, apelou à comunidade internacional para que pressione o Presidente Nkurunziza a realizar eleições livres e justas controladas por organismos independentes.

Apesar das críticas feitas ao processo eleitoral, Agathon Rwaswa acabou por adotar uma posição que foi uma surpresa para todos. Rwaswa, que ficou em segundo lugar nas presidenciais de 21 de julho, com 10% dos votos, aceitou ser nomeado vice-presidente da Assembleia Nacional. Alguns dos seus apoiantes, que o acompanharam nos protestos contra a terceira candidatura do Presidente Pierre Nkurunziza, consideraram-no um traidor.

Esta situação poderá provocar cisões no seio da oposição as quais, em última instância, só ajudaram a fortalecer o poder do Presidente Nkurunziza, havendo quem defenda que foi precisamente esse o objetivo que levou a que fosse feito o convite a Rwaswa.

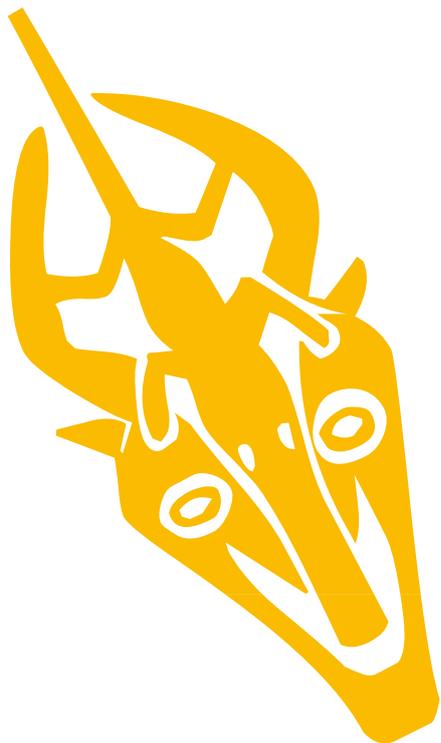
Em sua defesa Rwaswa afirmou que aceitou o cargo para encontrar uma solução para a crise política no Burundi, estando mesmo disposto a integrar um governo de unidade nacional.

Juntamente com Rwaswa, Pascal Nyabenda, líder do partido no poder, o Conselho Nacional para a Defesa da Democracia (CNDD-FDD), foi



eleito presidente da Assembleia Nacional. Edouard Nduwimana, ministro do Interior, foi eleito segundo vice-presidente.

Mesmo após as eleições, a situação no país não acalmou. Em inícios de agosto, o General Adolphe Nshimirimana, responsável pela segurança pessoal do Presidente, foi morto juntamente com três dos seus guarda-costas na capital, Bujumbura. O General Nshimirimana era um dos elementos fundamentais no regime do Presidente Nkurunziza, tendo sido o responsável por fazer abortar a tentativa de golpe de estado de 13 de maio e por coordenar a estratégia de repressão contra os opositores ao regime. Terão sido estas suas intervenções que poderão ter motivado o seu assassinato.



## Obama Visita África

O Presidente norte-americano, Barack Obama, visitou em julho o continente Africano. Esta visita abrangeu passagens pelo Quênia e pela Etiópia, terminando com um discurso histórico na sede da União Africana em Adis Abeba.

A deslocação a África iniciou-se com uma visita ao Quênia, país com o qual o Presidente norte-americano tem laços familiares, uma vez que o seu pai era queniano. No país ainda vivem vários dos seus familiares, nomeadamente, a sua avó e uma meia-irmã. Embora já estivesse estado antes no Quênia, esta é a sua primeira visita enquanto Presidente dos EUA.

O objetivo da deslocação ao Quênia foi o de participar na Cimeira Mundial sobre Empreendedorismo, na qual Obama foi, juntamente com o presidente queniano Uhuru Kenyatta o anfitrião do evento o qual reuniu cerca de 1.500 participantes, incluindo empresários, investidores, empreendedores sociais e fundações de todo o mundo.

A visita do Presidente dos EUA a África visou por um lado o reforço das parcerias económicas, área em que os EUA estão a ser claramente ultrapassados pela China. Com um volume de negócios superior a 200 mil milhões de USD anuais, o comércio da China com a África supera em mais de duas vezes o dos Estados Unidos.

Outra área fundamental é o reforço do apoio norte-americano no combate ao terrorismo. Este último objetivo já tinha sido claramente referido, poucos dias antes de iniciar a sua visita à África, quando Obama recebeu em Washington o recém-eleito Presidente nigeriano, Muhammadu Buhari.

No Quênia, Obama declarou o apoio norte-americano ao governo de Nairobi no combate contra as milícias Al-Shabab na Somália. Este apoio militar dado por Nairobi ao regime de Mogadíscio tem tido consequências internas.

As milícias Al-Shabab têm levado a cabo vários ataques terroristas em solo queniano, os quais têm afetado a indústria do turismo e também atingindo as populações cristãs do país. O ataque mas mortífero das milícias Al-Shabab deu-se na Universidade de Garissa, no leste do Quênia, onde foram mortos 147 estudantes.

Durante a sua estadia no Quênia, Obama causou algum desconforto ao Presidente Kenyatta quando afirmou que o Estado não deve



discriminar pessoas com base na orientação sexual. No continente africano, a maioria dos países criminaliza as relações entre pessoas do mesmo sexo.

O Presidente Kenyatta rebateu esta afirmação de Obama, comentando que o Quênia e os EUA compartilham de vários objetivos e valores, mas não em todos os temas. A seu ver, os direitos dos homossexuais não são um tema para a sociedade queniana, nem uma prioridade para o seu governo. O Quênia penaliza as relações homossexuais com penas de prisão que podem ir até aos 14 anos.

Depois do Quênia, Obama deslocou-se à Etiópia. O forte crescimento económico da Etiópia, e a sua posição estratégica no combate ao terrorismo islâmico, foram as razões que explicaram a inclusão deste país nesta visita ao continente africano.

Apesar de apelar ao respeito pelos direitos humanos, Obama não se livrou de críticas devido ao apoio norte-americano ao regime etíope, o qual é acusado de desrespeitar claramente os direitos humanos no país.

No entanto, enquanto aliado fundamental dos EUA numa zona muito delicada de África, Washington tende a esquecer os abusos que são praticados pelo regime do Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn. A coligação Frente Popular Democrática Revolucionária Etíope (EPRDF), no poder há mais de 25 anos, conseguiu transformar a economia do país e esbater a fome que tradicionalmente atingia o país. No entanto, a oposição afirma que tal foi feito sacrificando as liberdades políticas e os direitos humanos.

A visita de Obama terminou com um discurso na sede da União Africana, o primeiro feito por um Presidente norte-americano. Numa altura em que a organização é presidida pelo líder do Zimbabwe, Robert Mugabe, Obama afirmou que ninguém deve ser Presidente para a vida, numa clara crítica aos líderes africanos que pretendem perpetuar-se no poder. Obama referiu que o progresso democrático em África está em risco quando os líderes se recusam a deixar o poder no final dos seus mandatos.

Obama criticou os líderes africanos que pretendem perpetuar-se no poder, não percebendo a razão para isto. Esta crítica foi feita num momento em que alguns líderes africanos têm alterado as respetivas constituições para se manterem no poder, como foi o caso re-

cente do Presidente Nkurunziza no Burundi.

Por outro lado, Obama defendeu que o progresso do continente depende de sistemas democráticos viáveis, afirmando que, para isso, é preciso que haja "eleições livres e justas, liberdade de expressão e de imprensa e liberdade de reunião"<sup>2</sup>.

Num discurso centrado naqueles que Obama considera serem os pilares do desenvolvimento africano, apostando em criar condições para os mais novos, o Presidente dos EUA também não esqueceu a corrupção, afirmando que "Nada libertará mais o potencial económico de África do que acabar com o cancro da corrupção"<sup>3</sup>.



<sup>2</sup> Remarks by President Obama to the People of Africa, 28/07/2015, Mandela Hall, African Union Headquarters, Addis Ababa, Ethiopia.  
<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/07/28/remarks-president-obama-people-africa>

<sup>3</sup> Ibidem.



**OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA**  
Boletim da Fundação Portugal África

**FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**  
Rua de Serralves  
191 - 4150-706 Porto  
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11  
E-mail: geral@fundacionalafrica.pt  
www.fportugalafrica.pt

**Ficha Técnica**  
**Responsáveis pela edição**  
J. A. Azeredo Lopes  
Luís Castelo Branco

**Conceito Gráfico e Paginação**  
Porta de Comunicação

**Tiragem**  
500 exemplares

**Impressão**  
Gutengráfica  
Depósito Legal: 223325/05